

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

A CRISE DO E-SAJ E O SURGIMENTO DO EPROC	23
---	-----------

CAPÍTULO 2

A BASE NORMATIVA DO EPROC E A PLATAFORMA DIGITAL DO PODER JUDICIÁRIO	27
2.1 A Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br).....	27
2.2 O Eproc como Sistema Estratégico Nacional.....	28
2.3 A Transição no TJSP: Planejamento e Gradualidade como exemplo seguido.....	29
2.4 Impacto Prático para a Advocacia.....	29

CAPÍTULO 3

ONDE O EPROC JÁ É REALIDADE: TRIBUNAIS, COMPETÊNCIAS E ABRANGÊNCIA	31
3.1 Tribunais que Já Utilizam o Eproc.....	31
3.2 Competências Abrangidas pelo Eproc.....	34
3.3 Como Identificar o Sistema Correto Antes de Peticionar	34
3.4 A Convivência Temporária entre Sistemas	48
3.5 Impacto Estratégico para o Advogado.....	52

CAPÍTULO 4

ACESSO AO EPROC: CERTIFICADO DIGITAL, CADASTRO E PRIMEIROS PASSOS.....	53
4.1 Mobilidade e Acesso no Eproc: Simplicidade Operacional como Vantagem Estrutural.....	53
4.2 Cadastro do Advogado no Eproc.....	55
4.3 Autenticação em Dois Fatores (2FA)	59
4.4 Compartilhamento de Códigos no Google Authenticator para Outro Dispositivo	66
4.5 Primeira Tela e Ambientação no Sistema	71

CAPÍTULO 5

A TELA INICIAL DO EPROC E O PAINEL DE AUDIÊNCIAS	73
5.1 A Tela Inicial do Eproc como Dashboard de Gestão Processual.....	73
5.2 O Painel de Audiências.....	75
5.3 Filtros e Organização das Audiências	76
5.4 Integração com os Processos.....	77
5.5 Status das Conciliações	77
5.6 Impacto na Organização da Rotina Profissional.....	77

CAPÍTULO 6

CONSULTA PROCESSUAL NO EPROC: FORMAS DE ACESSO, LIMITES E BOAS PRÁTICAS.....	79
6.1 Modalidades de Consulta no Eproc	80
6.2 Consulta Pública: Alcance e Restrições	80
6.3 Consulta Interna pelo Advogado Logado.....	82
6.4 Acesso à Íntegra dos Autos	84
6.5 Consulta a Processos de Terceiros.....	86
6.6 Download e Organização dos Autos.....	88
6.7 Verificação de Acesso de Terceiros no Processo	91

CAPÍTULO 7

INTIMAÇÕES E PRAZOS NO EPROC: DJEN, DOMICÍLIO JUDICIAL ELETRÔNICO E CONTAGEM CORRETA.....	95
--	-----------

7.1	O Novo Modelo de Intimações: Superação do Paradigma Exclusivo do DJE.....	97
7.2	Diário da Justiça Eletrônico Nacional (DJEN).....	97
7.3	Domicílio Judicial Eletrônico	101
7.4	Contagem dos Prazos no Eproc.....	106
7.5	Eventos e Registros no Andamento Processual.....	108
7.6	Boas Práticas para Evitar Perda de Prazo.....	109
7.7	O Papel do Advogado no Novo Modelo.....	109

CAPÍTULO 8

PETIÇÃO INICIAL NO EPROC: CADASTRO, CLASSIFICAÇÃO, AUTOMAÇÃO E ERROS A EVITAR		111
8.1	A lógica do cadastro no Eproc	111
8.2	Seleção da comarca, da área e do rito.....	113
8.3	A importância da classe processual (TPU) e das nomenclaturas corretas.....	115
8.4	Segredo de justiça e dependência	116
8.5	Valor da causa e geração das custas.....	118
8.6	A Inclusão de Outros Advogados no Polo Ativo	119
8.7	Classificação dos Assuntos	120
8.8	Cadastro das partes.....	122
8.9	Juntada da petição inicial, qualidade da prova digital e mobilidade do sistema.....	125
8.10	Erros mais comuns e como evitá-los.....	131

CAPÍTULO 9

CUSTAS, JUSTIÇA GRATUITA E DEPÓSITOS JUDICIAIS NO EPROC		133
9.1	A Nova Lógica de Custas no Eproc.....	133
9.2	Custas iniciais em processos sem pedido de justiça gratuita	135
9.3	Regra Fundamental: Custas Somente Pelo Eproc	142
9.4	Baixa Automática das Custas.....	143
9.5	Justiça Gratuita no Eproc.....	143

9.5 Parcelamento de custas iniciais, custas complementares e custas no cumprimento de sentença	146
9.6 Custas Incidentais	147
9.7 Depósitos Judiciais no Eproc	148
9.8 Isenções e Diferimentos Específicos Reconhecidos pelo Sistema – Cobrança e execução de Honorários.....	148
9.9 Impacto Prático na Atuação do Advogado	151

CAPÍTULO 10

PETIÇÕES INTERMEDIÁRIAS NO EPROC: PROTOCOLO, PRAZOS E AUTOMAÇÃO..... 153

10.1 Conceito de Petição Intermediária no Eproc.....	153
10.2 Protocolo de Petições com Prazo em Curso	156
10.3 Protocolo de Petições sem Prazo.....	157
10.4 Automação e Confirmação Instantânea do Protocolo	157
10.5 Atuação de Assistentes no Peticionamento	158
10.6 Escolha Correta do Tipo de Petição	158
10.7 Peticionando a ciência e renúncia de prazo no Eproc	159
10.8 Reconvenção no Eproc.....	162
10.9 Impacto Prático na Rotina da Advocacia.....	164

CAPÍTULO 11

SUBSTABELECIMENTO E HABILITAÇÃO NO EPROC: SIMPLIFICAÇÃO, CONTROLE E RESPONSABILIDADE..... 165

11.1 O Conceito de Substabelecimento no Eproc.....	165
11.2 Como Realizar o Substabelecimento no Sistema	166
11.3 Comunicação ao Advogado Substabelecido.....	167
11.4 Revogação de Substabelecimento.....	167
11.5 Habilitação Automática do Advogado no Eproc	168
11.6 Associação da Procuração à Parte	169

CAPÍTULO 12

CADASTRO E GESTÃO DE ASSISTENTES NO EPROC: DELEGAÇÃO, SEGURANÇA E EFICIÊNCIA 173

12.1 Quem Pode Ser Cadastrado como Assistente	173
12.2 Procedimento de Cadastro do Assistente.....	173
12.3 Vinculação do Assistente ao Advogado.....	176
12.4 Limites de Atuação do Assistente	178
12.5 Segurança da Informação e Responsabilidade.....	178
12.6 Desvinculação do Assistente	179
12.7 Impacto na Organização do Escritório	179
12.8 Delegação Responsável no Ambiente Eletrônico	179

CAPÍTULO 13

CÁLCULO JUDICIAL NO EPROC: AUTOMATIZAÇÃO, PRECISÃO E CONTROLE.....	181
13.1 A Integração do Cálculo Judicial ao Processo	181
13.2 Acesso ao Módulo de Cálculos	182
13.3 Lançamento do Valor Principal.....	183
13.4 Correção Monetária no Eproc.....	184
13.5 Juros de Mora: Parâmetros Automáticos	184
13.6 Cálculo e Geração de Resultados	185
13.7 Relatórios e Notas Explicativas	185
13.8 Atualização Futura dos Cálculos	186
13.9 Conferência e Responsabilidade Profissional.....	188
13.10 Impacto Estratégico do Módulo de Cálculos.....	188

CAPÍTULO 14

ALVARÁ ELETRÔNICO NO EPROC: LIBERAÇÃO DE VALORES E HONORÁRIOS.....	189
14.1 Conceito e Finalidade do Alvará Eletrônico	189
14.2 Hipóteses Mais Comuns de Emissão de Alvará.....	190
14.3 Procedimento de Expedição no Eproc.....	190
14.4 Separação de Honorários Advocatícios.....	191
14.5 Dados Bancários e Responsabilidade.....	192
14.6 Rastreamento e Transparência	193
14.7 Impacto Prático para a Advocacia	193
14.8 Boas Práticas na Atuação com Alvarás Eletrônicos.....	193

CAPÍTULO 15

AUDIÊNCIAS NO EPROC: DESIGNAÇÃO, ACESSO E ATOS VIRTUAIS.....	195
15.1 Designação de Audiências no Eproc.....	197
15.2 Audiências Virtuais e Híbridas.....	198
15.3 Acesso à Sala Virtual.....	199
15.4 Registro dos Atos em Audiência.....	199
15.5 Audiências de Conciliação e Mediação.....	199
15.6 Audiências de Instrução e Julgamento.....	200
15.7 Problemas Técnicos e Providências.....	200
15.8 Impacto das Audiências Digitais na Advocacia.....	200

CAPÍTULO 16

RECURSOS NO EPROC: PROTOCOLO, TEMPESTIVIDADE E BOAS PRÁTICAS	201
16.1 Identificação do Marco Inicial do Prazo Recursal.....	201
16.2 Escolha Correta do Tipo de Recurso.....	202
16.3 Protocolo do Recurso no Sistema.....	202
16.4 Preparo Recursal e Custas.....	215
16.5 Confirmação da Tempestividade.....	215
16.6 Recursos nos Juizados Especiais.....	215
16.7 Impacto Estratégico da Atuação Recursal no Eproc.....	217

CAPÍTULO 17

EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA NO EPROC: FLUXOS, ATOS E CUIDADOS ESSENCIAIS.....	219
17.1 Início do Cumprimento de Sentença no Eproc.....	219
17.2 Execução de Título Extrajudicial.....	221
17.3 Intimação para Pagamento e Prazo Legal.....	222
17.4 Atos Constritivos e Medidas de Coerção.....	222
17.5 Penhora e Registro nos Autos.....	222
17.6 Impugnação ao Cumprimento de Sentença.....	223

17.7 Atualização do Débito Durante a Execução.....	223
17.8 Extinção da Execução e Levantamento de Valores	224
17.9 Cuidados Essenciais na Fase Executiva	224
17.10 Impacto Prático da Execução no Ambiente Digital	224

CAPÍTULO 18

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA AO EPROC: IA NOROC, AUTOMAÇÃO JURÍDICA E ESTRATÉGIA..... 225

18.1 O Papel da Inteligência Artificial na Advocacia Contemporânea	225
18.2 Integração Conceitual entre IA e Eproc	226
18.3 IA como Ferramenta de Organização Processual.....	226
18.4 IA na Elaboração de Minutas Jurídicas	226
18.5 Prompts Jurídicos Estratégicos para Uso Diário	227
18.6 IA e Gestão de Riscos Processuais	228
18.7 Limites da Inteligência Artificial na Advocacia.....	228
18.8 Boas Práticas no Uso da IA.....	228
18.9 Impacto Estratégico da IA na Advocacia Digital	229

CAPÍTULO 19

CRIAÇÃO DE PLANILHAS E RELATÓRIOS PARA GESTÃO DE PRAZOS E PROCESSOS..... 231

19.1 Por Que Utilizar Planilhas Mesmo com o Eproc.....	231
19.2 Planilha de Últimas Movimentações Processuais.....	233
19.3 Planilha de Prazos Processuais em Curso	234
19.4 Planilha de Audiências Futuras.....	235
19.5 Planilhas como Ferramenta de Controle Cruzado	236
19.6 Exportação e Uso Estratégico dos Relatórios.....	236
19.7 Integração com Inteligência Artificial e Análise Avançada	236
19.8 Impacto na Gestão da Advocacia	237
19.9 Considerações Finais do Capítulo.....	238

Considerações Finais do Livro 238